

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARLOS EMANUEL DE OLIVEIRA BARBOSA

**ÁREAS PRIORITÁRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: uma análise
dos gastos públicos dos municípios alagoanos de 2015 à 2022**

MACEIÓ
2024

CARLOS EMANUEL DE OLIVEIRA BARBOSA

**ÁREAS PRIORITÁRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: uma análise
dos gastos públicos dos municípios alagoanos de 2015 à 2022**

TCC apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientadora: Daiane Pias Machado

MACEIÓ

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

B238a Barbosa, Carlos Emanuel de Oliveira.
Áreas prioritárias das políticas públicas municipais : uma análise dos gastos públicos dos municípios alagoanos de 2015 à 2022 / Carlos Emanuel de Oliveira Barbosa. – 2024.
37 f. : il.

Orientadora: Daiane Pias Machado.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 36-37.

1. Gastos públicos - Alagoas. 2. Gastos sociais. 3. Gastos mínimos. 4. Investimentos públicos. 5. Orçamento público. I. Título.

CDU: 35.073.52(813.5)

CARLOS EMANUEL DE OLIVEIRA BARBOSA

**ÁREAS PRIORITÁRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: uma análise
dos gastos públicos dos municípios alagoanos de 2015 à 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 29/11/2024

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
DAIANE PIAS MACHADO
Data: 29/11/2024 19:22:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr^a. Daiane Pias Machado
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade Universidade
Federal de Alagoas



Documento assinado digitalmente
ELYROUSE CAVALCANTE DE OLIVEIRA BELLINI
Data: 04/12/2024 00:15:02-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr^a. Elyrouse Cavalcante de Oliveira Faculdade de
Economia Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas



Documento assinado digitalmente
ERICA XAVIER DE SOUZA
Data: 04/12/2024 01:10:44-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Msc. Érica Xavier de Souza
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade Universidade
Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta monografia simboliza o término de um ciclo acadêmico construído com o apoio, estímulo e participação de pessoas que, de forma significativa, tornaram este momento possível. Em primeiro lugar, sou grato a Deus, minha inspiração e força, que me guiou durante esta trajetória acadêmica, proporcionando-me a clareza e a bravura necessárias para prosseguir, mesmo nos momentos mais difíceis.

Demonstro minha sincera gratidão aos meus pais e parentes que, através do seu amor sem limites, suporte emocional e compreensão, sempre me motivaram a realizar meus sonhos e metas, confiando em minha capacidade e comemorando cada vitória ao meu lado. Agradeço especialmente à minha esposa, pelo afeto, paciência e incessante estímulo. A sua companhia, tanto nos momentos de felicidade quanto de adversidade, foi um estímulo essencial, e suas palavras de incentivo me deram energia para prosseguir e atingir mais esta meta.

O meu agradecimento a minha orientadora, professora Daiane Pias Machado, pela paciência, orientação e por compartilhar seu conhecimento e experiência. A sua confiança e estímulo foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Também sou grato aos professores e colegas que contribuíram direta ou indiretamente para esta trajetória acadêmica, proporcionando aprendizados, troca de experiências e estímulo constante, essenciais para a formação do meu conhecimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

A todos vocês, o meu mais profundo agradecimento!

RESUMO

Esta pesquisa analisa as despesas públicas das cidades de Alagoas, concentrando-se na compreensão sobre as prioridades da política pública orçamentária local, desenvolvida no período de 2015 a 2022. A investigação é de natureza qualitativa e quantitativa e utiliza informações financeiras obtidas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). A técnica de análise envolve a disposição dos dados em tabelas, segregados de acordo com o porte das cidades, segundo critérios populacionais definidos pelo IBGE, e segmentadas por funções que englobam gastos mínimos e sociais. Os dados são apresentados através das médias das despesas per capita, das cidades que pertencem a cada grupo, possibilitando um entendimento comparativo das políticas de investimento entre as diversas cidades. Conclui-se que as diferenças no porte das cidades influenciam os padrões de investimento em funções essenciais, oferecendo perspectivas sobre a adequação dos recursos alocados entre municípios de menor e maior porte.

Palavras-chave: gastos públicos; gastos sociais; gastos mínimos; investimento público; orçamento público.

ABSTRACT

This research analyzes public expenditure in the cities of Alagoas, focusing on understanding the priorities of local public budgetary policy, developed in the period from 2015 to 2022. The investigation is qualitative and quantitative in nature and uses financial information obtained from the Information System Accounting and Tax Management of the Brazilian Public Sector (Siconfi). The analysis technique involves arranging the data in tables, segregated according to the size of the cities, according to population criteria defined by IBGE, and segmented by functions that encompass minimum and social expenses. The data is presented using average per capita expenses for the cities that belong to each group, enabling a comparative understanding of investment policies between the different cities. It is concluded that differences in the size of cities influence investment patterns in essential functions, offering perspectives on the adequacy of resources allocated between smaller and larger municipalities.

Keywords: public spending; social spending; minimum expenses; public investment; public budget.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de cidades em cada porte

Tabela 2 – Gatos mínimos acumulado no período de 2015 a 2022

Tabela 3 – Gastos sociais acumulados no período

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução gatos mínimos cidades de pequeno porte I

Gráfico 2 – Evolução gatos mínimos cidades de pequeno porte II

Gráfico 3 – Evolução gatos mínimos cidades de médio porte

Gráfico 4 – Evolução gatos mínimos cidades de grande porte

Gráfico 5 – Evolução gatos mínimos metrópole

Gráfico 6 – Evolução de gasto social nas cidades de 0 a 20.000 habitantes

Gráfico 7 – Evolução de gasto social nas cidades de 20.001 a 50.000 habitantes

Gráfico 8 – Evolução de gasto social nas cidades de 50.001 a 100.000 habitantes

Gráfico 9 – Evolução de gasto social nas cidades de 100.001 a 900.000 habitantes

Gráfico 10 – Evolução de gasto social nas cidades acima de 900.000 habitantes.

FIGURAS

A Figura 1 - Ilustra a composição funcional dos gastos públicos de acordo com as três categorias propostas por Rezende (1996).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
3	METODOLOGIA.....	16
4	ANÁLISE DE DADOS.....	17
4.1	Análise das despesas da categoria Gastos Mínimos.....	18
4.2	Análise das despesas da categoria Gastos Social.....	25
5	CONCLUSÃO.....	34
	REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

Os gastos públicos são elementos importantes no desenvolvimento socioeconômico de uma nação. (Sousa, Rosa e Ribeiro, 2020). Com uma sociedade mais participativa e atenta, a cobrança por resultados satisfatórios no uso dos recursos públicos exige da gestão pública maior responsabilidade e transparência na destinação dos valores aplicados nos diversos setores da sociedade. Nesta direção, compreende-se gastos públicos como importante forma de atuação governamental na prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Desse modo, o Estado deve executar ações previstas em seu orçamento público no que concerne à educação, saúde, assistência, infraestrutura, entre outros serviços que visem uma melhor qualidade de vida da população. Em outras palavras, gasto público é todo o repasse financeiro cujo objetivo satisfazer as necessidades da sociedade, isto é, gasto “é o meio em que se financiam as políticas públicas, tornando-se parte do orçamento”(bezerra; filho, 2006 apud diniz; padoan; silveira junior, 2022, p. 1320). Assim, “gasto público é considerado o principal instrumento de ação do governo na política fiscal, já que, por meio dele, o governo estabelece as prioridades na prestação de serviços a serem realizados” (silva; cruz; irffi, 2012, p. 741).

Para Sousa, Rosa e Ribeiro (2020) os gastos públicos têm uma relação direta com o crescimento econômico, pois ao investir em áreas como saúde, educação, saneamento entre outras, a população apresentará condições mais saudáveis.

O investimento em saúde melhora a qualidade de vida da população, pois quando a saúde mental e física estão bem, as pessoas apresentam maior produtividade, melhorando assim aspectos econômicos. Além destes, os gastos com infraestrutura e as ações de saneamento básico também trazem efeitos benéficos a saúde da população. (augsborg & rodri, z-lesmes, 2018 apud sousa; rosa; ribeiro, 2020, p. 65).

Na área da educação, os autores destacam, com base nos estudos de Lucas (1988), que foi constatado que o investimento na educação o crescimento econômico. O autor argumenta que isto é em decorrência do aumento do capital humano. Também, a alocação de recursos públicos com educação está ligada ao aumento de produtividade de um país e, logo, impacta positivamente no crescimento econômico (dissouet et al., 2016, apud sousa; rosa; ribeiro, 2020, p. 66).

Bogoni, Hein e Beuren (2011) afirmam que os gastos públicos podem impulsionar a evolução econômica, principalmente com o aumento de investimentos em detrimento

dos gastos com consumo e subsídios. No entanto é preciso haver um controle para que os recursos públicos maximizem a função do Estado, que é gerar bem-estar para a população, pois percebe-se que atualmente o Brasil apresenta um nível elevado de gastos em relação ao produto interno bruto.

O presente trabalho faz uma reflexão sobre as prioridades das políticas públicas locais por meio da composição dos gastos públicos, abordando em quais áreas as despesas públicas são aplicadas, isto é, de que forma os recursos arrecadados, por meio de impostos ou outras fontes, estão sendo usados para custear serviços públicos prestados à sociedade e para realizar investimentos.

Entender sobre gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos é importante para a sociedade, visto que o conhecimento sobre a alocação de recursos públicos nestas áreas contribui para o fortalecimento e discussão acerca das políticas públicas priorizadas.

As despesas públicas indicam como foram alocados os recursos obtidos de forma a maximizar os benefícios para a sociedade (kohama, 2008). Nesse sentido, todas as receitas arrecadadas servem para cobrir as despesas públicas, ou seja, todos os gastos necessários para o desempenho das atividades em prol da sociedade. Portanto, esse trabalho pretende responder ao seguinte questionamento: quais áreas são priorizadas nas políticas públicas dos governos municipais do Estado de Alagoas, desenvolvidas através dos gastos públicos, entre os anos de 2015 e 2022?

O objetivo geral desse trabalho é compreender as prioridades das políticas públicas locais reveladas por meio dos gastos públicos dos municípios alagoanos entre 2015 e 2022. De forma específica, pretende-se analisar a observância da aplicação de recursos públicos na composição dos gastos mínimos em áreas como o Legislativo, Judiciário, Administração, e gastos sociais que englobam as funções educação e cultura, saúde e saneamento, assistência e previdência, e habitação e urbanismo.

As despesas governamentais podem ser estudadas em diversas áreas do saber, tais como Contabilidade, Administração, Economia, Direito e outras. Como é um assunto que afeta diretamente a economia, é relevante realizar uma análise sobre esse assunto. As preferências alocativas dos municípios alagoanos ainda é um assunto pouco explorado na literatura, o que implica em uma lacuna interessante de pesquisa que poderá lançar luz a um debate necessário para a sociedade.

Dessa forma, esta investigação pode gerar informação relevante para os gestores públicos e fornecer *insights* para pesquisas futuras sobre essa temática. A relevância deste estudo se deve à contribuição para aprimorar o entendimento da população sobre a

aplicação dos recursos e os gastos realizados pela administração pública. Além disso, facilita a participação da sociedade na fiscalização e acompanhamento das ações dos gestores governamentais do estado de Alagoas.

Este trabalho está organizado em quatro seções. Na primeira, contextualizou-se o tema da pesquisa e seus objetivos geral e específicos, bem como sua justificativa. Na segunda seção, faz-se uma reflexão teórica sobre os gastos públicos e sua relação com o crescimento econômico, abordando gastos mínimos e gastos sociais. Na terceira seção apresentam-se a metodologia da pesquisa e a técnica de coleta de dados da pesquisa, na quarta seção se apresentam os resultados obtidos. Por fim, na quinta seção são realizadas algumas considerações finais da pesquisa desenvolvida e sugestão para pesquisas futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO

Jund (2008) define que gastos públicos ou despesas públicas estão relacionados a um conjunto de desembolsos efetuados pelos órgãos governamentais para cumprir obrigações financeiras estabelecidas na legislação orçamentária ou em leis específicas. Tais gastos têm como objetivo principal viabilizar a prestação e o funcionamento dos serviços públicos. Elas constituem uma parte essencial do orçamento, representando as autorizações para despesas relacionadas a diversas atividades governamentais.

Assim, Scarpin (2006) destaca que é responsabilidade do administrador público eleito pela população, gerenciar as finanças públicas de forma a maximizar o desenvolvimento social. De acordo com Musgrave (1980), o termo finanças público refere-se aos desafios da política econômica relacionados à utilização de instrumentos de tributação e gastos governamentais. A partir daí investiga-se a existência dessas falhas, ou seja, torna-se necessário a presença do governo para analisar não tão somente essas falhas como também as funções desses governos, a teoria da tributação e a do gasto público.

Para Gomes (1999, p.19), os gastos públicos podem ser compreendidos como um processo sequencial que se inicia com a definição de diretrizes estabelecidas pelo governo, com foco no que se deseja alcançar em um tempo previamente determinado.

Desse modo, o estudo dos gastos públicos permite identificar e observar aspectos importantes relacionados às prioridades de alocação de recursos e ao perfil do governo em questão.

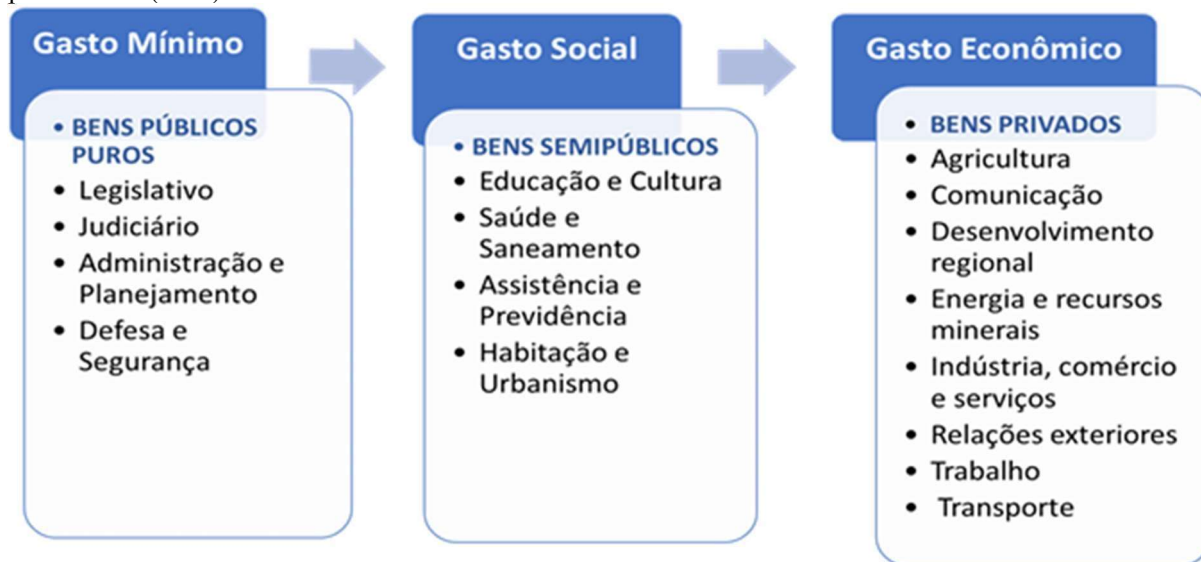
Rezende (1996) divide os gastos públicos em três categorias distintas: Gasto mínimo (Gm), gasto social (Gs) e gasto econômico (Ge).

O gasto mínimo (Gm) é a parte dos recursos governamentais destinados às políticas públicas que são consideradas de responsabilidade exclusiva do governo. Estas políticas abrangem a oferta de bens e serviços classificados como bens públicos puros, os quais não podem ser fornecidos por meio de mecanismos de mercado, sendo, portanto, áreas de atuação exclusiva do governo (rezende, 1996).

O gasto social (Gs), representa a porção do investimento em políticas públicas voltada para a oferta de bens e serviços considerados meritórios ou aproximadamente públicos. Esses bens, por seus níveis de exclusão e divisibilidade em termos de consumo, possibilitam ao governo não se colocar em uma posição monopolista, dando espaço para a implementação de mecanismos de mercado na distribuição de tais recursos. (rezende, 1996).

O gasto econômico (Ge) representa a fração dos gastos relacionados a atividades econômicas nas quais, do ponto de vista técnico, o governo não teria a obrigação de participar. No entanto, na prática, o governo se envolve nessas atividades devido à necessidade de regular os mercados ou, em alguns casos, realizar intervenções diretas desempenhando funções empresariais. (rezende, 1996).

A Figura 1 ilustra a composição funcional dos gastos públicos de acordo com as três categorias propostas por Rezende (1996).



Fonte: (REZENDE,1996)

Feldstein (2008) examina as consequências da política tributária sobre o crescimento, destacando que impostos elevados sobre a renda pessoal e empresarial

desestimulam tanto a poupança quanto o investimento produtivo. Ele defende que a diminuição dos impostos sobre o capital poderia estimular a acumulação de riqueza, impulsionando o desenvolvimento econômico ao longo do tempo. Por sua vez, Barro (1990) desenvolve um modelo onde os gastos governamentais financiados por tributos são integrados à função produtiva da economia. Deste modo, o crescimento econômico é impulsionado através de retornos constantes à escala na acumulação combinada de capital e gastos do governo, que são elementos produtivos na função de produção. Para o autor, o impacto negativo da tributação na renda dos fatores é contrabalançado pelo impacto positivo dos gastos públicos em infraestrutura, que são financiados pelos recursos tributários, nos mesmos fatores.

Uma administração eficiente dos recursos públicos possibilita a diminuição de desperdícios, resultando em um aumento dos recursos disponíveis para o Estado, permitindo-lhe melhor atender às necessidades da população. Para Silva, Kuwahara e Maciel (2012), um dos principais desafios para aqueles envolvidos na formulação de políticas públicas é alocar recursos de maneira eficiente para maximizar o bem-estar coletivo. Isso significa não apenas estimular as condições econômicas necessárias para o desenvolvimento da produção e dos mecanismos de troca de bens e serviços essenciais, mas também garantir fundamentos sociais cruciais, tais como igualdade, acessibilidade e qualidade de vida, promovendo condições apropriadas em áreas como moradia, emprego, saúde, lazer, cultura e educação.

Rezende, Slomski e Corrar (2005) ressaltam que a implementação de medidas que melhorem as políticas de investimento social e facilitem a compreensão dos níveis de desenvolvimento pode favorecer a sincronização entre as ações das instituições públicas e as expectativas da população.

Assim, os gastos públicos podem ser considerados um dos principais meios de atuação governamental, pois por meio deles o governo manifesta suas prioridades mediante a prestação dos serviços públicos básicos e a realização de investimentos. Diante dessa visão torna possível seu papel no desenvolvimento socioeconômico, onde os gastos públicos tem relação direta com a intervenção do governo na economia e principalmente no que tange a importância de como serão distribuídos esses gastos para o desenvolvimento econômico e social, que, por sua vez cobra impostos e taxas que devem custear obras, serviços e políticas essenciais para o desenvolvimento.

Castro (2006) discorre sobre a classificação das despesas públicas, apontando que os gastos do governo em consumo frequentemente são considerados improdutivos, uma

vez que não geram eficiências produtivas no setor privado, servindo apenas para aumentar o bem-estar do consumidor. Por outro lado, os gastos com investimentos são vistos como produtivos, pois contribuem para o crescimento e desenvolvimento econômico. Esses investimentos produtivos incluem também os gastos em áreas vitais como educação e saúde. O autor observa que os efeitos das despesas públicas e a sua transparência têm gerado intensos debates.

Em um estudo sobre a intervenção do governo, Rompuy e Prodi (2008) destacam que os investimentos públicos, são fundamentais para corrigir defeitos de mercado e aprimorar a produtividade econômica. Eles defendem que, ao investir de forma estratégica, o governo pode estabelecer um ambiente que promova a eficiência e o desenvolvimento duradouro.

Vale ressaltar que não há um consenso absoluto sobre o que constitui um gasto social, dependendo da interpretação, também podem ser incluídas outras despesas, como aquelas relacionadas à habitação e ao saneamento básico. Além disso, são considerados gastos sociais as despesas relacionadas a diversas áreas, tais como previdência social, assistência social, educação, saúde, cultura e lazer. Além do âmbito social, os gastos públicos podem ser classificados em outras quatro áreas: infraestrutura, produção, poderes do Estado e administração, bem como encargos especiais.

Assim, os gastos por função do governo se dão através da aplicação do dinheiro que se arrecada por meio dos impostos ou até outra fonte para custear esses serviços públicos prestados à sociedade e para a realização de investimentos, onde essas despesas se distribuem em diferentes categorias, despesas administrativas, despesas comerciais, e outras despesas operacionais. Barro (1990) sustenta que é o comportamento dos gastos governamentais que determina a relação com o produto, o que significa que o governo tem a opção de gastar menos ou mais na provisão de serviços.

Nesse aspecto de estudo em busca da compreensão dos gastos públicos, nota-se um referencial teórico onde ressalta todo comprometimento em mostrar a função e o papel do desenvolvimento socioeconômico, governamental e social.

O gasto público desempenha um papel crucial no progresso social e econômico, disponibilizando recursos necessários para a construção de infraestruturas, aprimoramento do capital humano, redução das desigualdades, estímulo à demanda e ao investimento, além de fomentar a inovação. A gestão eficaz desses recursos pode ter um impacto significativo no desenvolvimento econômico e no bem-estar social da nação.

Nesta perspectiva, os gastos governamentais têm uma importância fundamental no desenvolvimento socioeconômico, ao disponibilizar os recursos e serviços essenciais para impulsionar o crescimento econômico sustentável, diminuir as disparidades sociais e aprimorar o bem-estar geral da sociedade.

A categorização das despesas por função é um instrumento crucial para alinhar as ações do governo às demandas sociais e às metas institucionais. Áreas de políticas públicas, como educação e saúde, são definidas por função, enquanto as despesas com pessoal asseguram o pagamento dos profissionais essenciais à execução dessas políticas. (Fioravante e Borges 2016)

Nesta direção, as despesas por função, por sua vez, refletem, de certa forma, as prioridades estabelecidas pelo governo para a alocação dos recursos à sua disposição. Dessa maneira, essa forma de apresentação é útil para se medir a destinação dada pelo governo no que se refere à prestação de serviços básicos à sociedade. As despesas por função oferecem uma visão detalhada das prioridades e políticas governamentais.

A transparência e o controle social são alicerces essenciais para a criação de políticas orçamentárias que estejam de fato em sintonia com as necessidades sociais e os desejos da população. Ao adotar práticas transparentes na administração dos recursos, o governo possibilita que a sociedade monitore de perto o planejamento e a execução do orçamento. Isso envolve fornecer dados precisos e facilmente acessíveis sobre receitas, gastos, prioridades de investimento e resultados obtidos.

Cada cidadão tem o direito e a responsabilidade de orientar a administração pública na adoção de medidas que realmente atendam ao interesse público, além de exigir que os gestores prestem contas de suas ações. Embora a Constituição Federal de 1988 não imponha a obrigação de fiscalizar e controlar, ela garante esse direito à cidadania, pois o

exercício do controle social é fortalecido diretamente por cada cidadão ou entidades da sociedade civil organizada ao procurar conhecer as ações administrativas no âmbito de sua comunidade, seja através das publicações obrigatórias, informativas, publicitárias, noticiosas, verificação in loco ou pela rede mundial de computadores, ou, ainda, por outros meios utilizados pela Administração Pública para divulgar as realizações implementadas e como os recursos públicos estão sendo arrecadados e aplicados (ARRUDA; TELES, 2010.)

A participação dos cidadãos na administração pública, supervisão, monitoramento e supervisão das atividades administrativas é um instrumento crucial para reforçar a conscientização dos cidadãos. Isso não apenas auxilia na prevenção da corrupção, mas também amplia o entendimento acerca da relevância socioeconômica da tributação.

De acordo com Armstrong (2005), a transparência na responsabilização pública parece ter como finalidade engajar o público no controle social das contas e dos bens administrados pelos líderes governamentais. Nesse sentido, é fundamental assegurar o acesso irrestrito do público a informações relevantes e confiáveis sobre as decisões e o desempenho do setor público.

A transparência nos gastos públicos não se limita apenas ao direito dos cidadãos, ela é alicerçada na confiança e no compromisso com uma gestão eficaz dos recursos públicos. Quando os cidadãos estão bem informados sobre como o dinheiro dos impostos é utilizado, podem desempenhar um papel ativo na formulação de políticas e na garantia de que os recursos sejam empregados de maneira eficiente e eficaz para beneficiar toda a sociedade.

À medida que o processo de democratização se desenvolveu no Brasil, a preocupação pública com a transparência pública aumentou e os sistemas externos, internos e de inspeção e controle social foram integrados. Este sistema é importante para implementar o controle social, promovendo o surgimento de espaços públicos de interação entre o Estado e os cidadãos.

Desse modo, Tinoco (2001), Costa, Voese e Espejo (2009), e Mariana Haubert (2012), entendem que o controle social é considerado uma grande esperança para mitigar as práticas de corrupção na administração pública Brasileira. E com a transparência na gestão pública, irá contribuir cada vez mais para que cada cidadão possa realizar com mais eficiência seu exercício de cidadania, assim aumentando cada vez mais a prevenção da corrupção, com a melhor interação entre as partes, do governo e sociedade.

METODOLOGIA

Quanto a abordagem do problema, esta pesquisa é classificada como qualitativa e quantitativa, tendo como objetivo examinar os gastos públicos nas cidades do estado de Alagoas. A metodologia qualitativa e quantitativa possibilitará um entendimento mais detalhado dos investimentos efetuados e suas consequências nas diversas categorias de despesas. Quanto aos objetivos, consiste em uma pesquisa descritiva, com procedimentos de análise documental.

A População deste estudo se baseia em informações financeiras relativas aos gastos públicos das cidades de Alagoas. A amostra consiste nos dados financeiros

recolhidos, classificados de acordo com o tamanho das cidades, de acordo com a classificação do IBGE.

Tabela 1 – Quantidade de cidades em cada porte

PORTES	POPULAÇÃO	NUMERO DE CIDADES
cidades de pequeno porte I*	0 a 20.000*	63*
cidades de pequeno porte II	20.001 a 50.000	29
cidades de médio porte	50.001 a 100.000	8
cidades de grande porte	100.001 a 900.000	1
Metrópole	Acima de 900.000	1

Fonte: IBGE

Nota: *Três municípios foram excluídos da amostra por não ter reportado dados ao Siconfi no período analisado.

A coleta de dados ocorreu através de pesquisas na *internet*, utilizando o site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Este recurso é apropriado, uma vez que oferece dados minuciosos sobre as despesas públicas por função e por município.

A recolha das informações será feita de maneira organizada, recorrendo aos registros existentes no Siconfi. Os dados sobre os gastos públicos nas cidades de Alagoas foram coletados e organizados por funções específicas no período de 2015 a 2022. Esses dados foram estruturados em tabelas para análise. Por se tratar de informações financeiras, os dados foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), disponibilizados pela Fundação Getúlio Vargas.

A escolha do IGP-M se deve ao fato de medir a variação mensal de preço que afeta diretamente as unidades econômicas, uma vez que mede itens de bens de consumo e bens de produção. O índice é formado pelo Índice de Preços por Atacado — Mercado (IPA-M), Índice de Preços ao Consumidor — Mercado (IPC-M) e Índice Nacional do Custo da Construção — Mercado (INCC-M), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente.

ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção é desenvolvida a análise dos dados, e são apresentados os resultados obtidos. Para isso, as análises foram conduzidas no período 2015 a 2022, visando apresentar o comportamento das categorias de despesas (por funções) e indicadores de gastos mínimos e gastos social, no mesmo intervalo de tempo.

Análise das despesas da categoria Gastos Mínimos

A Tabela 2 apresenta as despesas na categoria dos gastos mínimos, que engloba os bens públicos, que são os recursos governamentais alocados para políticas públicas consideradas de responsabilidade exclusiva do governo. Nos gastos mínimos estão incluídas as despesas por funções, que são: Legislativo, Judiciário, Administrativo e Segurança pública, que são separadas pelo porte dos municípios segundo o IBGE.

Tabela 2 – Gastos mínimos acumulado no período de 2015 a 2022.

HABITANTES	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	ADMINISTRAÇÃO	SEGURANÇA PÚBLICA	TOTAL
0 - 20.000	R\$ 12.611.561	R\$ 5.978.821	R\$ 64.363.969	R\$ 3.635.301	R\$86.589.652
20.001 - 50.000	R\$ 27.407.337	R\$ 6.151.514	R\$ 157.381.856	R\$ 11.584.613	R\$202.525.319
50.001 - 100.000	R\$ 53.964.710	R\$ 14.727.223	R\$ 300.728.650	R\$ 30.816.377	R\$400.236.960
100.001 - 900.000	R\$ 133.082.381	R\$ 4.210.156	R\$ 970.849.730		R\$1.108.142.268
ACIMA DE 900.001	R\$ 664.810.347		R\$ 4.335.115.866	R\$ 46.021.332	R\$5.045.947.546

Fonte: Autor

Nota: despesa atribuída para cada função com base no valor médio investido pelos municípios de cada grupo (porte), acumulado no período.

No período de 2015 a 2022, foram investidos em gastos mínimos nas cidades do estado de Alagoas um montante médio acumulado superior a R\$ 6,8 bilhões, com média anual de R\$ 855 milhões.

Nas cidades de pequeno porte I, os gastos mínimos, que abrangem as funções: Legislativo, Judiciário, Administrativo e Segurança pública, totalizaram um montante superior a R\$ 86 milhões, entre 2015 e 2022, com média anual superior a R\$ 10 milhões. O maior gasto das cidades deste porte foi realizado na função Administrativa com R\$86.589.652, representando 74% do total dos recursos aplicados no período na categoria de Gastos Mínimos, refletindo um investimento médio anual de aproximadamente R\$ 8 milhões.

A representatividade das demais funções de gastos no orçamento dos municípios deste porte foi: Legislativo, com 14% (média anual de R\$ 1,5 milhões), judiciário 76% (média anual de R\$ 747 mil) e por último a função da segurança pública com 4% (média anual de R\$ 454 mil).

Gráfico 1 – Evolução gastos mínimos cidades de pequeno porte I



O gasto com a função Legislativa teve um aumento contante de 2015 (R\$1,5 milhões) até 2019 (R\$ 1,7 milhões) variação de 17%, apesar de desse aumento durante esses anos, após esse período houve uma queda até 2021 (R\$1,2 milhões), caindo de cerca de 29%. Em 2022 a função teve um pico de 26% resultando em aproximadamente R\$1,5 milhões.

O gasto com o judiciário variou pouco entre 2015 (R\$ 398 mil) e 2018 (346 mil) uma queda de aproximadamente 13%. No entanto, em 2019 houve um aumento significativo superior a R\$ 3,9 milhões, indicando um evento ou necessidade específica de despesas judiciais aumentadas neste ano em específico. De 2020 à 2022, o valor permaneceu estável, como vinha acontecendo entre os anos de 2015 até 2018, chegando a R\$ 388 milhões.

A trajetória de crescimento da função de Administração foi mais consistente até o ano de 2021; passou de R\$ 6,6 milhões (2015) para R\$ 8,6 milhões (2021). Contudo, em 2022 houve um crescimento significativo para R\$ 11,2 milhões (aproximadamente 30%, em relação à 2021). Essa expansão pode indicar a necessidade de uma estrutura administrativa mais adequada para pequenas cidades. Isso pode ser resultado de novas regulamentações ou melhorias na gestão pública.

O gasto com segurança pública variou de R\$ 459 mil (2015) para R\$ 755 mil (2022). Embora o valor tenha diminuído em 2020 e 2021, pode ser que os investimentos em Segurança local, motivados por demandas sociais ou programas estaduais, tenham provocado o aumento em 2022, de aproximadamente 143% nesta despesa, em relação à 2021.

A função de Administração também cresceu significativamente (69%), o que indica que mesmo em cidades menores há um esforço contínuo de gerenciamento e liderança. A mudança no Judiciário pode ser indicada por eventos ou demandas pontuais, como um aumento no número de processos ou reformas estruturais. As cidades pequenas do Estado de Alagoas enfrentam muitas prioridades e desafios com esses dados, especialmente em áreas como Administração e Segurança pública, que parecem ter recebido mais atenção nos últimos anos.

Nas cidades de pequeno porte II foi gasto um montante médio acumulado superior a R\$ 202 milhões, no período de 2015 a 2022 (Tabela 2), com média anual superior a R\$ 25 milhões. Os gastos administrativos continuam predominando com aproximadamente 78% do valor total que foi gasto de 2015 até 2022 (média anual de R\$ 19,6 milhões). A função Legislativa representa aproximadamente 13% da média acumulada (média anual de R\$ 3,4 milhões), a função Segurança pública representa 6% dos gastos sociais acumulados no período (média anual de R\$ 1,4 milhões), e por último a função Judiciária com 3% dos gastos sociais acumulados (média anual de R\$ 769 mil).

Gráfico 2 – Evolução gastos mínimos cidades de pequeno porte II



A função Legislativa, em 2015 apresentou valor superior a R\$ 3,0 milhões, com um pico significativo em 2016 para R\$ 5,6 milhões. Os gastos foram mais estáveis nos anos seguintes, variando aproximadamente entre R\$ 3,5 milhões para R\$ 3,0 milhões, com uma leve queda em 2021 e um aumento em 2022 para R\$ 3,0 milhões. O pico de 2016 pode estar relacionado a necessidades legislativas extraordinárias, como mudanças de leis ou um aumento nos processos administrativos. Contudo, a variação de 2022, comparado à 2015, foi inferior a 1%.

Os gastos com o Judiciário oscilaram significativamente. Em 2015, foi de R\$ 179 mil, mas aumentou significativamente para mais de R\$ 1,8 milhões em 2016, indicando um possível caso administrativo ou judicial relevante. Os valores voltaram a cair em 2017 e 2018. No entanto, em 2019, houve um aumento substancial, com um gasto superior a

R\$ 769 milhões. Um crescimento para mais de R\$ 1,9 milhões em 2022 pode indicar novas demandas judiciais ou reformas no sistema de justiça local. A variação de 2022 em relação à 2015 foi superior a 1000%.

O gasto com a Administração começou acima de R\$ 38,3 milhões em 2015 e caiu drasticamente para R\$ 23,2 milhões, em 2016. Uma queda ainda maior para R\$ 13,1 milhões, em 2017, pode indicar investimentos diminuindo ou ajustes fiscais. No entanto, os gastos aumentaram para R\$ 19,9 milhões, em 2018, indicando um período de recuperação. Em 2022, os gastos superiores a R\$ 20,3 milhões mostram um esforço contínuo para manter a estrutura administrativa. A variação do gasto com Administração realizado em 2022, em relação à 2015, representa uma queda de aproximadamente 47%.

Os gastos com Segurança Pública oscilaram de 1,09 milhões (2015) para R\$ 1,2 milhões em 2022, indicando um crescimento de aproximadamente 11% nos investimentos em segurança. Esses números podem ser resultado de mudanças na demanda por segurança ou políticas públicas locais.

Cidades de médio porte tiveram um investimento médio acumulado superior a R\$ 400 milhões (Tabela 2), com média anual superior a R\$ 50 milhões. Administração segue sendo o maior gasto acumulado 75% (média anual de R\$ 37,6 milhões), a função Legislativa ocupa o segundo lugar, com gasto acumulado de 13% (média anual de R\$ 6,7 milhões), Segurança Pública com 8% dos gastos totais (média anual de R\$ 3,8 milhões), e em último lugar, as despesas com o sistema Judiciário, com 4% dos gastos acumulados (média anual de R\$ 2,2 milhões).

Gráfico 3 – Evolução gastos mínimos cidades de médio porte



Legislação apresenta um pequeno aumento de 2015 (R\$ 6,5 milhões) para 2016 (R\$ 7,4 milhões), com uma queda de 2017 para 2020 de aproximadamente 23%, mas se

recupera a parti daí chegando em 2022 com um aumento significativo. Isso indica que depois de 2020 as finanças foram ajustadas ou adaptadas.

Judiciário, os gastos com a justiça mostram variações significativas, com um aumento de 2015 (R\$ 1,1 milhões) para 2018 (R\$ 2,6 milhões) de 133%, isso pode ser devido a necessidades temporárias, como mais processos ou melhorias na infraestrutura. Em seguida teve uma oscilação, entre os anos de 2018 (R\$ 2,6 milhões), 2019 (R\$ 1,7 milhões) e 2020 (R\$ 2,6 milhões), após esse período caiu em aproximadamente 38% até 2022.

Administração teve uma pequena queda em seus investimentos em 2015 (R\$ 29,0 milhões) para 2016 (R\$ 27,2 milhões), de 2017 até 2019 aconteceu a maior variação de todo o período, cerca de aproximadamente 106%. Após esse período a função apresenta uma variação até nos anos 2020 (29 milhões), 2021 (52 milhões), e 2022 (39 milhões), tendo diminuído cerca de 29%, em relação a 2019, quando chegou no período que mais foi investido.

Segurança Pública teve uma pequena variação de 2015 (R\$ 5,2 milhões) para 2016 (R\$ 6,8 milhões), cerca de 30%. Os investimentos diminuíram significativamente após esse período, tendo uma queda de 72% no ano de 2020 (R\$1,8 milhões), uma provável consequência pode ter acontecido em decorrência da pandemia COVID-19.

Nas cidades de grande porte, só constavam as informações no site do Siconfi relativas as funções Legislativa e Administrativa e da função Judiciária apenas de 2015 à 2017. Foram investidos um total de R\$ 1,1 bilhões entre 2015 e 2022, com média anual de R\$ 138 milhões. O maior gasto foi realizado com a função Administrativa, com 87% do total dos recursos aplicados na categoria de Gastos Mínimos, tendo aproximadamente uma média de R\$ 121 milhões por ano, 12% com a função Legislativa (média anual de 16 milhões), e 0,38% para a função Judiciária (média anual de R\$ 526 mil). A função de Segurança Pública teve informações divulgadas.

Gráfico 4 – Evolução gastos mínimos cidades de grande porte



A função Legislativa teve trajetória de crescimento de 2015 (R\$ 8,4 milhões) à 2017 (R\$ 19,8 milhões) apresentando um aumento significativo de aproximadamente 135%, mantendo-se constante até 2021 quando apresentou uma queda de 11% em relação a 2017 que foi o ano de maior investimento. O ano de 2022 (R\$ 15,7 milhões) teve um pequeno aumento em relação a 2021 (R\$ 15,3 milhões) cerca de aproximadamente 2%.

A função Judiciária teve um aumento de 2015 (R\$ 1,1 milhões) para 2016 (R\$ 2,9 milhões) de aproximadamente 151%, mas teve queda abrupta nos gastos em 2017 (R\$ 61 mil), caindo aproximadamente 97%. Não foi possível a coleta de dados nos anos seguintes.

Os gastos com Administração foram elevados, tendo um aumento de 2015 (R\$ 102 milhões) para 2016 (R\$ 140 milhões) de aproximadamente 36%. A partir de 2017, houve uma queda acentuada, com os valores reduzindo-se cerca de 69% em 2021 (R\$ 43 milhões). No entanto, observa-se um pico em 2022 (R\$ 375 milhões), aumento de aproximadamente 771% em relação ao ano anterior, o que pode refletir um investimento maciço em infraestrutura administrativa ou outros grandes projetos governamentais. A função Segurança pública não apresentou informação para os anos de 2015 a 2022.

Na metrópole (Maceió) foram investidos um valor médio acumulado superior a R\$ 5,0 bilhões, com média anual de R\$ 630 milhões. A administração segue com 85% (média anual de R\$ 541 milhões), legislativo com 13% (média anual de R\$ 83 milhões) e segurança com 0,91% dos gastos (média anual de 11 milhões), a função judiciária não reportou dados no site do siconfi.

Gráfico 5 – Evolução gastos mínimos metrópole



Os gastos com a função Legislativa apresentaram a tendência de queda no período, chegando a uma redução de aproximadamente 17% entre 2015 e 2022. Os gastos com Administração também apresentaram tendência de queda entre 2015 e 2022 (aproximadamente 24%), enquanto os gastos com Segurança pública variam muito, com um ponto alto em 2019 e uma variação acumulada no período, superior a 9.000% de 2015 a 2022. A falta de informações sobre a função Judiciária indica que esses dados podem não ter sido fornecidos ou coletados em Maceió.

Durante o período (2015 a 2022) foram gastos, em média, um montante superior a R\$ 6,8 bilhões com gastos mínimos. Pode-se observar que o gasto com administração é o gasto mais efetivo desta categoria, superior a R\$ 5,8 milhões, com média anual superior a R\$ 728 milhões. Sabe-se que a administração pública desempenha um papel importante no desenvolvimento e crescimento das cidades por vários motivos.

A administração pública desempenha um papel importante na gestão dos recursos públicos, garantindo transparência, responsabilização e benefício público na utilização dos recursos públicos, estes vão desde orçamentos municipais até contratos de serviços e de trabalho para evitar desperdícios e promover a utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Os elevados gastos dos governos locais na administração pública estão diretamente relacionados com a complexidade das suas funções, a procura de serviços públicos, a necessidade de conformidade e regulação, os investimentos em formação e qualificação, a manutenção de infraestruturas e a modernização tecnológica.

Pode-se perceber também que dentre as 4 funções que englobam os gastos mínimos, a função de segurança pública é a que menos apresenta gastos/investimentos esperado pela importância que se faz necessária para a sociedade. A segurança pública

em Alagoas enfrenta desafios significativos e o baixo investimento nessa área ao longo dos anos de 2015 a 2022 traz um alerta importante para a sociedade alagoana. Alagoas enfrenta altos níveis de desigualdade social, o que pode contribuir para a criminalidade. Municípios com populações mais vulneráveis podem ter menos recursos para investir em segurança pública, pois os recursos orçamentários acabam sendo mais destinados para áreas ainda mais prioritárias, tais como saúde e educação.

A falta de prioridade política pode fazer com que a segurança pública não seja uma prioridade política para os municípios, o que pode levar à redução de investimentos em infraestruturas, formação de pessoal e equipamento das forças de segurança, a falta de integração entre os diversos órgãos responsáveis pela segurança pública, como polícia civil, militares, bombeiros e seguranças municipais, pode prejudicar a eficácia dos investimentos. O impacto da criminalidade e seu crescimento numa determinada área pode criar um ciclo negativo, onde as percepções de insegurança podem levar à diminuição do investimento, o que por sua vez pode contribuir para o aumento das taxas de criminalidade.

Análise das despesas da categoria Gastos Social

Os gastos sociais referem-se às despesas realizadas pelo governo destinadas a promover o bem-estar da população e garantir direitos fundamentais. Essas despesas incluem investimentos em áreas como educação, cultura, saúde, saneamento, assistência, previdência, habitação e urbanismo. Esses investimentos são fundamentais para assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a serviços essenciais e oportunidades de desenvolvimento.

Tabela 3, detalhada com a média dos gastos sociais acumulada no período de 2015 a 2022 pelos municípios integrantes de cada grupo (porte). Esta tabela reflete o investimento em áreas essenciais para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade. Os dados contemplam as funções de educação, cultura, saúde, saneamento, assistência, previdência, habitação e urbanismo.

A análise dos gastos sociais tem se tornado uma ferramenta essencial para entender como os recursos públicos são distribuídos e como eles afetam a qualidade de vida da população. Entre 2015 e 2022, o governo investiu muito em setores importantes como educação, cultura, saúde, saneamento, assistência, previdência, habitação e urbanismo.

A Tabela 3 revela o valor acumulado no período (2015 à 2022), do gasto social médio dos municípios do grupo (porte). Este levantamento fornece uma visão completa da distribuição dos recursos e permite uma avaliação mais precisa das políticas públicas implementadas ao longo desse período. Essa análise é importante para identificar tendências, avaliar a eficiência dos investimentos e traçar estratégias futuras que possam maximizar os benefícios para a sociedade.

Tabela 3 – Gastos sociais acumulados no período

HABITANTES	EDUCAÇÃO E CULTURA	SAÚDE E SANEAMENTO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL
0 - 20.000	R\$ 157.705.074	R\$ 91.908.525	R\$ 40.981.808	R\$ 95.687.329	R\$ 386.282.736
20.001 - 50.000	R\$ 360.009.664	R\$ 233.521.551	R\$ 95.687.329	R\$ 80.271.276	R\$ 769.489.821
50.001 - 100.000	R\$ 633.449.707	R\$ 555.835.056	R\$ 111.241.798	R\$ 160.803.917	R\$ 1.461.330.478
100.001 - 900.000	R\$ 1.294.906.659	R\$ 2.419.710.752	R\$ 706.209.996	R\$ 469.081.985	R\$ 4.889.909.392
ACIMA DE 900.001	R\$ 3.626.287.776	R\$ 6.456.875.395	R\$ 3.222.923.104	R\$ 1.090.953.339	R\$ 14.397.039.614

Fonte: Autor

Nota: despesa atribuída para cada função com base no valor médio investido pelos municípios de cada grupo (porte), acumulado no período.

Nas cidades de 0 a 20.000 habitantes (pequeno porte I) foram investidos um valor médio acumulado total de R\$386 milhões no período de 2015 e 2022, com predominância nas funções de Educação e Cultura com valor total superior a R\$157 milhões (média anual de R\$ 19,7 milhões), que representa 41% do total. A segunda função com mais investimentos nas cidades de pequeno porte I foi Habitação e Urbanismo com um valor médio investido acumulado superior a R\$ 95 milhões (25%), representando a média anual de R\$ 11,9 milhões, seguida da função Saúde e Saneamento com valor médio acumulado superior a R\$ 91,9 milhões (25%), média anual de R\$ 11,4 milhões. Por último, a função de Assistência e Saneamento com valor médio anual acumulado superior a R\$ 40,9 milhões, que representa 11% do investimento total e uma média anual de R\$ 5,1 milhões.

Gráfico 6 – Evolução de gasto social nas cidades de 0 a 20.000 habitantes



Os investimentos destinados à Educação e à Cultura demonstraram um crescimento expressivo, sobretudo de 2018 e 2019, período no qual os investimentos ultrapassaram a marca de R\$ 23 milhões. Essa tendência reflete a importância dada à educação e à cultura como pilares para o desenvolvimento social. A redução em 2020 e 2021 pode ser justificada pela realocação de recursos em virtude da crise provocada pela COVID-19, já em 2022 sinaliza um retorno do foco nessas áreas.

A função Saúde e Saneamento também registrou um crescimento consistente ao longo dos anos, de 2015 (R\$ 8,5 milhões) para 2020 (R\$ 13,8 milhões) com um aumento aproximadamente de 49%, tendo uma queda no ano de 2021 (R\$ 11,7 milhões), cerca de 8% em relação ao ano anterior, que reflete o impacto direto da pandemia, que exigiu maiores investimentos em saúde pública. Embora o aumento em 2022 demonstre um esforço contínuo para melhorar a infraestrutura de Saúde e Saneamento em resposta a novas necessidades identificadas durante a pandemia.

Até 2019, os investimentos em Assistência e Previdência aumentaram, refletindo a expansão dos programas sociais e previdenciários. No entanto, houve uma redução em 2020 e 2021, o que pode indicar que os recursos foram redirecionados para áreas mais afetadas pela pandemia. Um retorno à proteção social, essencial para ajudar as pessoas vulneráveis que foram particularmente afetadas pela crise econômica decorrente da pandemia é visto na recuperação de 2022.

Os investimentos em Habitação e Urbanismo cresceram gradualmente ao longo do tempo, com um aumento notável em 2022. Este aumento pode ser atribuído aos esforços para ampliar a infraestrutura urbana e melhorar as condições habitacionais,

particularmente após a pandemia, quando os problemas de moradia e urbanização se tornaram ainda mais evidentes. O crescimento contínuo ao longo dos anos mostra que a construção urbana sustentável e a melhoria das condições de vida nas cidades são priorizadas.

Nas cidades de pequeno porte II (20.001 a 50.000 habitantes) foi investido um total de R\$769 milhões em gastos sociais, acumulado no período de 2015 a 2022, considerando o somatório da média anual dos gastos sociais dos municípios desse porte. Observa-se um aumento significativo de quase 100% no valor dos gastos sociais das cidades de pequeno porte II em relação às cidades de pequeno porte I. As diferenças no investimento médio das cidades de pequeno porte II, ao longo dos períodos de 2015 a 2022 são resultado da capacidade administrativa, economias de escala, demanda por serviços públicos e influência política. Esta análise ressalta a necessidade de aprimorar o sistema de gestão financeira e administrativa de cidades pequenas para que eles possam atingir um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

Do total investido nas cidades de pequeno porte II, a maior parte também foi destinada para área de Educação e Cultura (47%), que representa um gasto acumulado no período superior a R\$360 milhões e um valor médio anual de R\$ 45 milhões por município desse porte. O segundo gasto social mais representativo foi na área da Saúde e Saneamento 30% (R\$ 233 milhões acumulado), que representa o valor médio anual de R\$ 29,1 milhões por município, o terceiro maior gasto foi Assistência e Previdência com um gasto acumulado no período de R\$ 95 milhões (12%) correspondente a média anual de R\$11,9 milhões por município deste porte. A área que recebeu menor investimento foi Habitação e Urbanismo com R\$ 80,2 acumulado no período, que corresponde à média anual de 10 milhões por município deste porte.

Gráfico 7 – Evolução de gasto social nas cidades de 20.001 a 50.000 habitantes



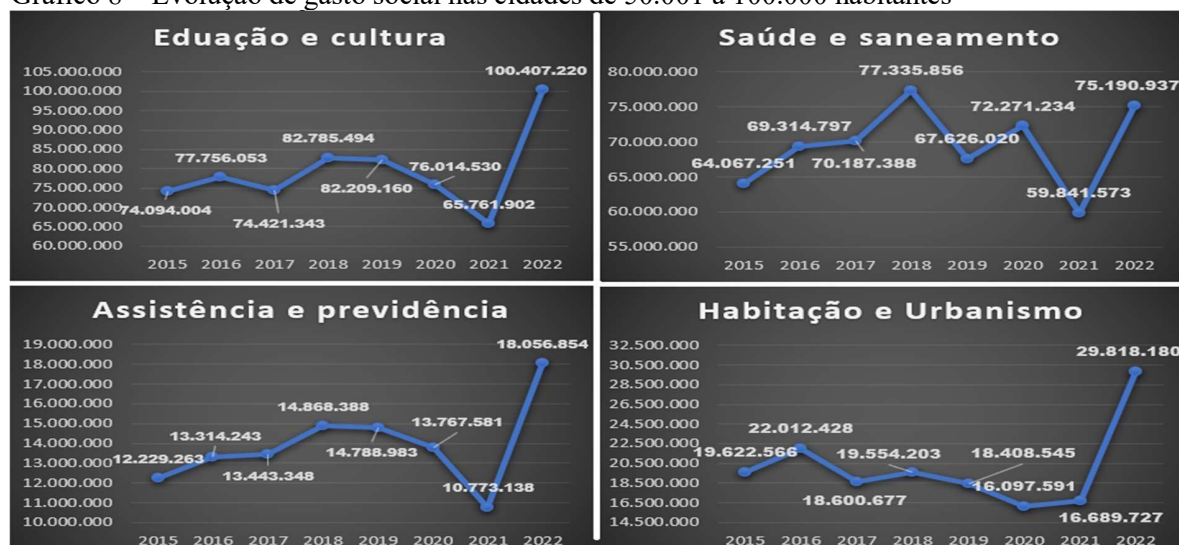
Educação e Cultura, a tendência de crescimento é evidente em 2022, pois a recuperação e o fortalecimento desses setores são essenciais para o desenvolvimento sustentável. No período, a variação positiva dos investimentos em educação foi de superior à 43%. Na Saúde e Saneamento os investimentos públicos cresceram significativamente, especialmente durante a pandemia, graças a investimentos contínuos para garantir que os sistemas de saúde e o saneamento sejam resistentes. No período, os investimentos em Saúde e Saneamento cresceram aproximadamente 50%.

Assistência e Previdência, o aumento gradual reflete a expansão das políticas de assistência social, que são essenciais para ajudar as populações vulneráveis. Apresentou uma evolução de 54%. Habitação e urbanismo apresentaram flutuações nos investimentos, mas o crescimento em 2022 sugere um foco renovado na habitação e na infraestrutura urbana, que são elementos essenciais para o crescimento urbano sustentável e o bem-estar social. No período, esta função cresceu 68%.

Essas tendências revelam o quão importante é uma gestão pública eficiente, que equilibra os objetivos de curto prazo com os de longo prazo para promover o desenvolvimento social e econômico nos municípios.

Nas cidades médio porte foram investidos um valor médio acumulado de R\$ 1.461.330.478 em gastos sociais, dos quais, a área de Educação e Cultura representa 43% (R\$ 633 milhões acumulados e média anual de R\$ 79 milhões), Saúde e Saneamento 38% (R\$ 555 milhões acumulado, média anual de R\$ 69 milhões), Habitação e Urbanismo 11% (R\$ 160 milhões acumulado, média anual de R\$ 20 milhões) e por último Assistência e Previdência, com 8% do valor total investido (R\$ 111 milhões acumulado, média anual de R\$ 13 milhões).

Gráfico 8 – Evolução de gasto social nas cidades de 50.001 a 100.000 habitantes



A análise dos investimentos em municípios de médio porte (com habitantes entre 50.001 e 100.000) de 2015 a 2022 mostra uma abordagem de políticas públicas dinâmica e adaptável que reflete as necessidades e desafios específicos de cada período.

Educação e Cultura demonstraram um aumento de 2015 (R\$12 milhões) até 2018 (R\$ 14,8 milhões) chegando a aproximadamente 21%, após esse período, ocorreu uma drástica queda de investimentos, que aconteceu de 2019 (R\$14,7 milhões) até 2021 (R\$ 10 milhões), caindo durante esse período cerca de 27%. Contudo, um aumento notável em 2022, para R\$18 milhões (aproximadamente 52%).

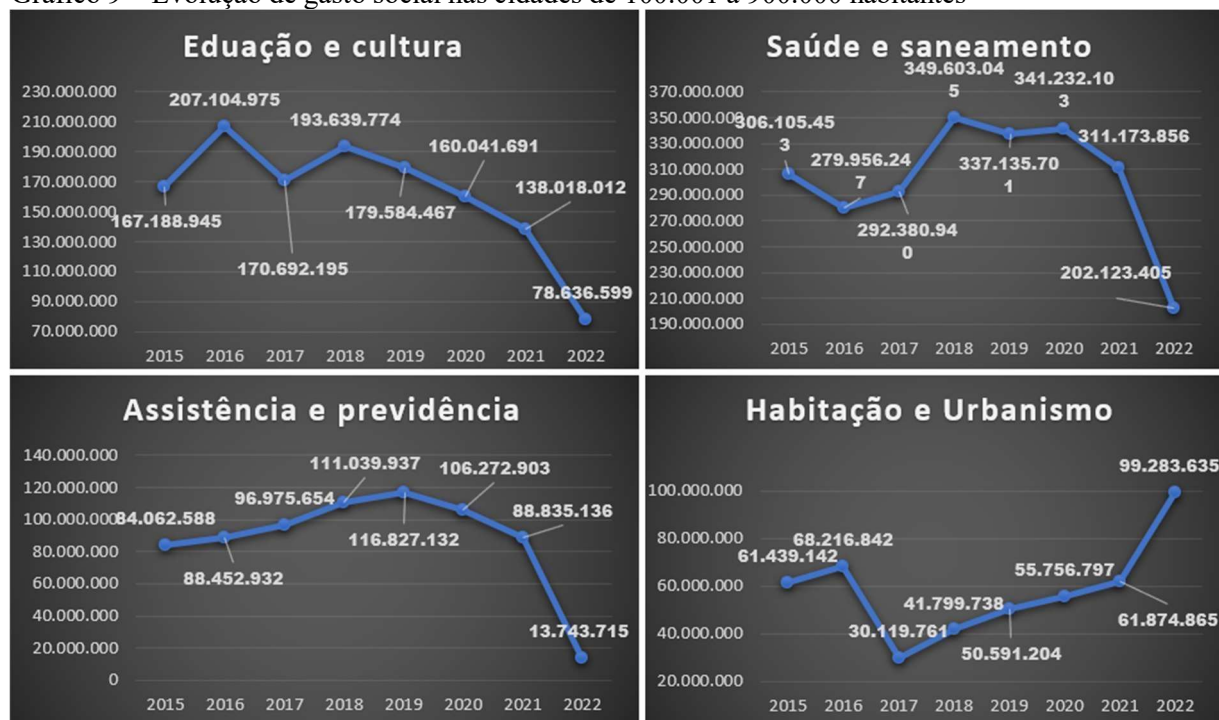
Saúde e Saneamento, , apresentou um aumento de 2015 (R\$ 64 milhões) para 2018 (R\$ 77 milhões) um aumento de aproximadamente 20%, indicando que as atividades essenciais para a saúde pública e o bem-estar da população continuam a receber maior atenção. Após esse período, os investimentos sofreram uma variação até 2021 (aproximadamente R\$59 milhões), diminuindo cerca de 22% em relação a 2018. Em 2022 houve pico de 25% Assistência e Previdência seguiram uma tendência muito semelhante à Educação e Cultura, com um aumento de até 2018 chegando em aproximadamente 14,5 milhões, com queda entre 2018 e 2021 de aproximadamente 27% e um aumento significativo em 2022 (R\$ 18 milhões) de 67%, o que pode demonstrar resposta às demandas crescentes de assistência social, reforçando a necessidade de uma rede de proteção sólida. Habitação e Urbanismo também aumentaram significativamente em 2022 (R\$29,8 milhões), um crescimento de aproximadamente 52% em relação à 2015, refletindo os esforços para atender às necessidades habitacionais e melhorar a infraestrutura urbana.

Essas tendências mostram a capacidade dos gestores públicos de alterar as prioridades de investimento para reagir de forma eficaz às mudanças nas condições econômicas e sociais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população.

Na cidade de grande porte (Arapiraca) foi investido um valor total superior a R\$ 4,8 bilhões acumulados no período em gastos social. O investimento mais efetivo foi na área da Saúde e Saneamento, com um valor médio acumulado superior a R\$2,4 bilhões, que representa 49% do valor total investido e uma média anual de R\$ 302 milhões, seguido das funções Educação e Cultura, com investimento acumulado de R\$ 1,2 bilhões (26%) e média anual superior a R\$ 161 milhões. Assistência e Previdência com investimento médio acumulado de R\$ 706 milhões (14%), média anual superior a R\$ 88

milhões e Habitação e Urbanismo com R\$ 469 milhões, acumulados, (10% do total investido), média anual superior a R\$ 58 milhões.

Gráfico 9 – Evolução de gasto social nas cidades de 100.001 a 900.000 habitantes



Os investimentos em Arapiraca de 2015 a 2022 mostram uma resposta dinâmica a vários problemas e prioridades que surgiram ao longo do tempo. Enquanto as funções de Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Assistência e Previdência apresentam tendência de queda, a função de Habitação e Urbanismo parece ser prioridade de investimento pelo município, sendo a única das funções sociais a apresentar tendência de crescimento.

Educação e Cultura tiveram oscilação de 2015 à 2018 apresentando uma queda de aproximadamente 59% em 2022 (aproximadamente R\$ 78,5 milhões) com relação a 2018 (aproximadamente R\$ 193,5 milhões) ano que se inicia a queda. Saúde e Saneamento tiveram uma queda de 2015 (R\$ 306 milhões) para 2016 (R\$ 279 milhões) de 8% aproximadamente, em seguida, demonstrou uma retomada nos investimentos aumentando cerca de 24 % em 2018 (R\$ 349 milhões), mas após esse período os investimentos demonstram uma tendência de queda, caindo em aproximadamente 42% em 2022 (R\$ 202 milhões).

Assistência e Previdência tiveram um aumento constante de 2015 (R\$ 84 milhões) até 2019 (R\$ 116 milhões) aumentando seus investimentos em cerca 38%. Em 2019, a

função começa a ter uma queda significativa até 2022 (R\$ 13 milhões), reduzindo cerca de 88%.

A função de Habitação e Urbanismo, no ano entre 2015 e 2016, teve um aumento de aproximadamente 11% seguido de uma queda drástica de 55% em 2017. Após esse período os investimentos aumentaram em cerca de 229% em 2022 (R\$ 99 milhões), com relação a 2017 (R\$ 30 milhões).

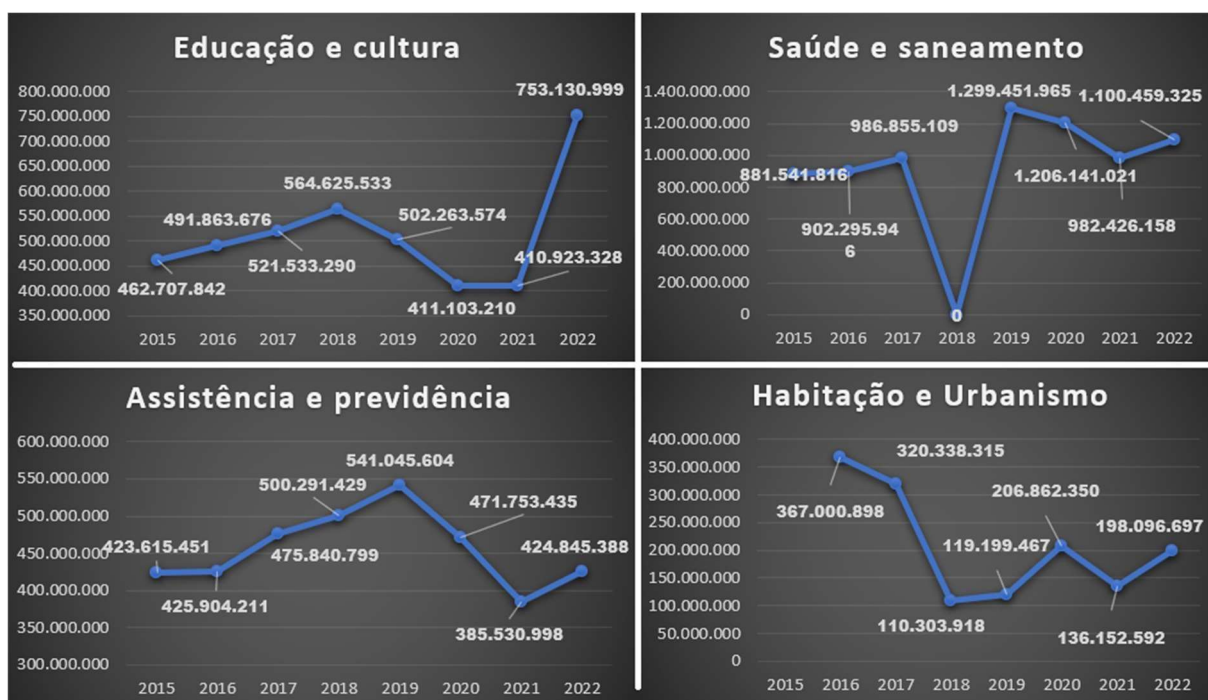
Pode-se notar que em relação às cidades de pequeno porte I e II, e cidades de médio porte, as funções educação e cultura tiveram um investimento maior que as funções Saúde e Saneamento, vários motivos podem ser considerados a essa variação. A maneira como os investimentos são distribuídos entre educação, cultura e saúde nos municípios alagoanos de diferentes portes entre 2015 e 2022 revela uma combinação das necessidades locais, da infraestrutura disponível, das políticas públicas implementadas e da capacidade financeira de cada localidade.

Essa análise enfatiza a relevância de levar em conta as particularidades de cada município ao avaliar a distribuição de recursos públicos. necessidade de investimentos em saúde pública aumentou significativamente como resultado da pandemia de COVID-19, que começou em 2020. Ao lidar com o surto dessa doença, essas cidades precisaram de mais recursos para hospitais, equipamentos médicos, vacinas e campanhas de conscientização.

Outro aspecto relevante é que nas grandes cidades, a infraestrutura de saneamento deve ser constantemente ampliada e mantida para atender às necessidades de uma população em constante crescimento. Questões como esgoto, fornecimento de água potável e gerenciamento de resíduos sólidos são mais complexas e requerem investimentos contínuos e substanciais nessa área.

Na metrópole (população acima de 900.001), Maceió, foi investido o valor total de R\$14,3 bilhões entre os anos de 2015 e 2022, desse valor, 45% (R\$ 6,4 bilhões, média anual de R\$ 807 milhões) foram investidos em Saúde e Saneamento, 25% (R\$3,6 bilhões, média anual de R\$453 milhões) nas funções de Educação e Cultura, em seguida Assistência e Saneamento, com R\$3,2 bilhões representando 22% do total investido (média anual de R\$ 402 milhões), e Habitação e Urbanismo R\$ 1,0 bilhões com 8% do total, (média anual de 136 milhões).

Gráfico 10 – Evolução de gasto social nas cidades acima de 900.000 habitantes



Educação e Cultura tiveram uma constante evolução no ano de 2015 (R\$ 462 milhões) à 2018 (R\$ 564 milhões), aumentando cerca de 22% durante o período. Após esse período, ocorreu uma queda até 2021 (R\$ 410 milhões), cerca de 27%. Em 2022, houve um aumento expressivo após o período de queda, aumento de aproximadamente 83%.

Saúde e Saneamento têm demonstrado uma linha positiva nos cinco primeiros anos, tendo uma queda de 2019 à 2021, seguido de uma retomada em 2022, sua média anual é de R\$ 807 milhões. Assistência e Previdência demonstram um interessante aumento de 2015 (R\$ 423 milhões) à 2019 (R\$ 541 milhões), com uma crescente de aproximadamente de 27%. De 2019 à 2021 teve uma queda significativa de 28%, alcançando o menor valor investido durante o período de 2015 à 2022, cerca de R\$ 385.530.998, com uma ligeira recuperação em 2022 (R\$ 424 milhões).

Habitação e Urbanismo foi a função que teve o pior índice nos primeiros anos, caindo 69% de 2015 (R\$ 367 milhões) à 2018 (R\$ 110 milhões). Demonstrou uma recuperação, aumentando em 87% sua margem em 2020 (R\$ 206 milhões), que após o período sofreu uma pequena oscilação.

Essas análises demonstram como Maceió têm gerido seus recursos ao longo dos anos, enfrentando problemas e ajustando suas prioridades para atender às necessidades de sua população numerosa.

CONCLUSÃO

A análise dos gastos mínimos nas cidades alagoanas entre 2015 e 2022 expôs uma variedade de desigualdades nos recursos aplicados, influenciando significativamente tanto a administração pública quanto a qualidade dos serviços prestados à população. Em um cenário onde as funções Legislativa, Judiciária, Administrativa e de Segurança são fundamentais para o progresso e a preservação da ordem e do bem-estar social, os dados indicam uma clara tendência de foco maior nos investimentos administrativos, em comparação a setores igualmente vitais, como a segurança pública.

Existem diferenças significativas na distribuição das despesas entre os diferentes grupos populacionais, refletindo tanto as restrições fiscais das cidades mais pequenas como as complexidades administrativas enfrentadas pelas cidades grandes e médias. Por exemplo, as grandes cidades e áreas metropolitanas alocam mais recursos administrativos, o que pode ser atribuído à necessidade de manter estruturas de administração pública robustas e eficientes. No entanto, a análise mostra que esta atribuição excessiva pode limitar a capacidade de investir em outras áreas prioritárias, como a Segurança Pública, especialmente nas cidades mais pequenas, onde a escassez de recursos e os elevados níveis de desigualdade social aumentam a necessidade de proteção e justiça para os residentes locais.

Neste período, a função de Segurança Pública registrou uma das menores percentagens de investimento em comparação com as demais funções analisadas, indicando que esta área está relativamente desvalorizada. Num país que enfrenta elevados níveis de desigualdade e fragilidade social, esta situação é preocupante, pois pode perpetuar ciclos de criminalidade e insegurança, especialmente nas zonas mais pobres.

A avaliação dos gastos sociais entre 2015 a 2022, demonstra como a alocação de recursos atende demandas locais específicas, além de responder a fatores externos significativos, como a pandemia de COVID-19. Ao analisar os gastos sociais nas áreas de Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Sssistência e Previdência, e Habitação e Urbanismo, consegui-se entender as variadas prioridades de cada cidade, de acordo com o seu tamanho populacional e a complexidade de suas necessidades sociais.

Em cidades de pequeno porte, particularmente aquelas com população inferior a 50.000 habitantes, observou-se uma maior alocação de recursos para Educação e Cultura. Esta opção demonstra uma abordagem de longo prazo focada no progresso social, tendo a educação como alicerce essencial para o desenvolvimento sustentável das comunidades

locais. Em cidades de médio e grande porte, a Saúde e o Saneamento destacaram como áreas prioritárias, recebendo um aumento significativo de recursos, especialmente durante o período de pandemia. Este redirecionamento de recursos demonstra a importância crucial desses setores em grandes cidades, onde a infraestrutura de Saúde e Saneamento é crucial para assegurar a qualidade de vida da população.

A avaliação das cidades de Arapiraca e Maceió possibilitou a observação das específicas adaptações orçamentárias dessas duas das mais importantes cidades para a economia de Alagoas. Por exemplo, em Arapiraca, os investimentos foram ajustados de forma dinâmica, com ênfase na distribuição de recursos para a saúde durante a pandemia. Como capital, Maceió exibiu um perfil de investimento mais voltado para a Saúde e Saneamento, setores que requerem grandes investimentos para suprir sua vasta população. Além disso, os dados indicaram que setores como Habitação e Urbanismo receberam prioridade após a pandemia, evidenciando o entendimento da necessidade de se ajustar às novas necessidades urbanas e habitacionais.

A partir das informações, conclui-se que a distribuição de recursos públicos nos municípios de Alagoas é fortemente afetada tanto pelas necessidades locais quanto pelas circunstâncias socioeconômicas externas. A pandemia destacou a importância da adaptabilidade na administração pública, forçando as cidades a repensarem suas prioridades e a alocar recursos para os setores mais vulneráveis. Esta capacidade de adaptação, necessária para lidar com crises e atender novas necessidades, destaca a relevância de uma administração pública eficaz e bem organizada, apta a balancear investimentos de curto e longo prazo para fomentar o progresso social e econômico.

Diante do exposto, para próximos estudos, seria importante investigar mais detalhadamente como as disparidades na distribuição de recursos entre as cidades de Alagoas afetam diretamente os indicadores sociais, particularmente em regiões com elevada taxa de vulnerabilidade. Um aspecto que poderia ser explorado em estudos futuros é o efeito dos investimentos desiguais em segurança pública, levando em conta como a distribuição de recursos para essa área pode impactar a sensação de segurança e a taxa de criminalidade, particularmente em cidades menores com menor capacidade financeira.

REFERÊNCIAS

- PINHEIRO, Chrystian Barizon; FIRME, Vinícius de Azevedo Couto. O efeito de políticas públicas e de características locais sobre o desenvolvimento econômico: uma análise empírica baseada nos municípios de Minas Gerais. **Nova Economia**, v. 32, n. 03, p. 803-831, 2022.
- ABREU, Cilair Rodrigues de; CÂMARA, Leonor Moreira. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 73-90, 2015.
- LOPES, Eduardo Henrique; DA CUNHA, Marina Silva. Análise de eficiência dos gastos municipais com saúde e educação do Setentrião Paranaense. **Economia & Região**, v. 12, n. 2, p. 255-275, 2024.
- FERREIRA, Wellington. A educação pública como setor econômico: uma análise insumo-produto. 2017.
- BOGONI, Nadia Mar; NELSON, Hein; BEUREN, Ilse Maria. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de administração pública**, v. 45, p. 159-179, 2011.
- DE ANDRADE, Daniely Afonso et al. Uma análise do comportamento das receitas e despesas do município de Nova Cruz/RN. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 3, n. 2, p. 317-342, 2017.
- NETTO, João Correia Lira et al. Gasto público e execução orçamentária: uma análise da aplicação de recursos na área de extensão no âmbito da Reitoria do Instituto Federal da Paraíba–IFPB, no período de 2015 a 2017. 2019.
- DE ANDRADE, Bruno Henrique Souza; COSTA, A. D. J. B.; MATOS, Nyalle Barboza. Gasto público e desenvolvimento: uma análise dos municípios brasileiros de grande porte. **Revista Uniabeu**, v. 12, p. 32, 2019.
- GOMES, Samuel Ramos; MALIK, Ana Maria. Avaliação de estrutura e processos das áreas administrativas em hospitais: estudo de um caso em organização social de saúde. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e219111638145-e219111638145, 2022.
- REZENDE, Flávio da Cunha. **Os Leviatãs Estão Fora de Lugar**. Dados, vol. 39, 1996.
- REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed., 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- REZENDE, Flávio da Cunha. **Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil (1980-1994)**. Dados - Revista de Ciências Sociais 40(3): 264-279, 1997.
- REZENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005.

BOGONI, Nadia Mar; NELSON, Hein; BEUREN, Ilse Maria. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de administração pública**, v. 45, p. 159-179, 2011.

BARRO, Robert J. **Government spending in a simple model of endogenous growth**. Journal of Political Economy, 1990.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GOMES, J. M. (1999). **A definição do gasto público: aspectos institucionais e disputa política**. Tese de mestrado. São Paulo: Eaesp/FGV.

CANDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** Planejamento e políticas públicas ppp. n. 23, 2001. Disponível em: Acesso em 20 de junho de 2019.

ARRUDA, A. F.; TELES, José Sinval. A importância do controle social na fiscalização dos gastos públicos. **Revista Razão Contábil e Finanças**, v. 1, n. 1, 2010.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista contabilidade & finanças**, v. 15, p. 21-34, 2004.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8º ed. São P